



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



LEI MUNICIPAL N.º 548/2010, de 17 de junho de 2010.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO, EMPLACAMENTO E NUMERAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS, INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA COLOCAÇÃO DE NUMERAÇÃO PREDIAL E DE CAIXA DE CORREIO EM CADA DOMICILIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANADIA, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

DA DENOMINAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Artigo 1º- A denominação de bairros, logradouros e bens públicos far-se-á por decreto do executivo, de acordo com o disposto na presente Lei.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei entende-se por logradouros públicos: ruas, avenidas, estradas, praças, largos, parques, jardins, alamedas, rodovias, pontes, travessas, campos, ladeiras, becos e pátios.

Artigo 2º - Na escolha dos novos nomes para os logradouros públicos do Município serão observados as seguintes normas:

I- Nomes de brasileiros já falecidos que se tenham distinguido:

- a) Em virtude de relevantes serviços prestados ao Município, Estado ou País;
- b) Por sua cultura e projeção em qualquer ramo de saber;
- c) Pela prática de atos heróicos e edificantes;

II - Nomes de fácil pronúncia tirados da história, geográfica, flora, fauna e folclore do Brasil ou de outros países, e da mitologia clássica;

III - Nomes de fácil pronúncia extraídos da Bíblia Sagrada, datas e Santos do calendário religioso;

IV - Datas de significação especial para a história do Brasil ou universal;

V - Nomes de personagens estrangeiras com nítida e indiscutível projeção.

§ 1º - Os nomes de pessoas deverão conter o mínimo indispensável à sua imediata identificação, inclusive título, dando-se preferência aos nomes de 2 (duas) palavras.

Shawn



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



§ 2º - Na aplicação das denominações deverão ser observadas tanto quanto possível;

- a) A concordância do nome com o ambiente local;
- b) Nomes de um mesmo gênero ou região serão, sempre que possível, agrupados em ruas próximas;
- c) Nomes mais expressivos deverão ser usados nos logradouros mais importantes.

§ 3º - Em casos especiais poderão ser adotados nomes de personalidades brasileiras vivas, de indiscutível representatividade para o Município, Estado ou País, observadas as demais exigências contidas neste artigo.

Artigo 3º - A alteração de nomes de logradouros, bairros ou bens públicos só será possível mediante a aprovação da Lei por 2/3 (dois terços) da Câmara de Vereadores.

Artigo 4º - Será mantida a atual nomenclatura de logradouros, bairros e bens públicos, e só haverá substituição de nome nos seguintes casos:

- I - Nomes em duplicata ou multiplicata, salvo quando, em logradouros de espécies diferentes, a tradição torna desaconselhável a mudança;
- II - Denominações que substituam nomes tradicionais, cujo nome persiste entre o povo, e que, tanto quanto possível, deverão ser restabelecida;
- III - Nomes de pessoas sem referencia opistopárica que as indique, salvo quando a tradição tornar desaconselhável a mudança;
- IV - Nomes de diferentes logradouros, bairros e bens públicos, homenageando as mesmas pessoas, lugares ou fatos, salvo quando a tradição tornar desaconselhável a mudança;
- V - Nomes de difícil pronúncia e que não seja de fatos ou pessoas de projeção histórica;
- VI - Nomes de euforia duvidosa, significação imprópria ou que se prestem a confusão com outro nome anteriormente dado.

§ 1º- Poderão ser desdobrados em dois ou mais logradouros distintos, aqueles divididos por obstáculos de difícil ou impossível transposição, tais como linhas de estradas de ferro, de grande penetração ou demasiadamente extensos, quando suas características forem diversas, segundo os trechos.

§ 2º- Poderá ser unificada a denominação de logradouros que representem, desnecessariamente, diversos nomes em trechos contínuos e com as mesmas características.

DO EMPLACAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Artigo 5º - As placas de nomenclaturas das vias públicas serão colocadas nas esquinas, em ambos os lados.

Parágrafo Único - Nos casos de vias públicas externas sem cruzamento, serão colocadas placas espaçadas de no mínimo 400 (quatrocentos metros).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Artigo 6º - As placas de nomenclatura das vias públicas serão confeccionadas em material que permita perfeita legibilidade.

Artigo 7º - O serviço de emplacamento de prédios, vias, terrenos ou logradouros públicos ou particulares é privativo da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único - A Prefeitura poderá conceder a empresas de publicidade a permissão para colocar postes nas esquinas das ruas contendo o nome do logradouro e texto publicitário.

Artigo 8º - Fica o Poder Executivo obrigado a manter as placas de denominação de vias e logradouros públicos contendo o número do Código de Endereçamento Postal (CEP), em locais visíveis, de forma a permitir a adequada orientação dos transeuntes e a localização dos endereços.

DA NUMERAÇÃO DOS PRÉDIOS

Artigo 9º - Todos os prédios existentes ou que vierem a ser construídos neste Município serão obrigatoriamente enumerados de acordo com as disposições constantes desta lei.

Artigo 10º - É facultativa a colocação de placa artística com número designado, sem dispensa, porém da colocação em lugar visível, no muro do alinhamento, na fachada ou qualquer parte entre o muro e a fachada.

Parágrafo Único - Sempre que possível será adotada a padronização na colocação de placas de numeração.

Artigo 11º - Quando em um mesmo edifício houver mais de uma casa destinada a ocupação independente, cada um destes elementos poderá receber numeração própria distribuída pelo órgão competente sempre com referência à numeração de entrada pelo logradouro público.

Artigo 12º - Quando no pavimento térreo de um edifício existem divisões formando elementos de ocupação independente (lojas), cada elemento poderá receber numeração própria.

§ 1º - Essa numeração será a do próprio edifício, seguida de uma maiúscula para cada elemento independente, sendo as letras distribuídas na ordem natural do alfabeto.

§ 2º - Havendo lojas com acesso por logradouros diferentes daqueles pelo qual o edifício tenha sido numerado, poderão as mesmas ser distinguidas do mesmo modo, com o número, porém, que couber ao edifício no logradouro pelo qual tiverem acesso.

Artigo 13º - Quando um prédio ou terreno, além de sua entrada principal, tiver entrada por mais de um logradouro, o proprietário poderá obter, mediante requerimento, a designação suplementar relativa à posição do imóvel em cada um destes logradouros.

S. M. A. M.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Artigo 14º - A Prefeitura fornecerá à agência local da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos uma relação completa contendo a antiga e a nova numeração, após qualquer alteração.

Artigo 15º - Fica vedada a colocação, em qualquer imóvel, de placa de numeração indicando número que altere a oficialmente estabelecida pela Prefeitura.

DA INSTALAÇÃO NOS IMÓVEIS DE CAIXA RECEPTORA DE CORRESPONDÊNCIA

Artigo 16º - Fica instituída a obrigatoriedade da instalação de caixa receptora de correspondências em todos os imóveis residenciais, comerciais e institucionais situados neste Município.

§ 1º - A caixa receptora de correspondência a que se refere o "caput" deste artigo deverá ter dimensões mínimas, padronizadas, próprias para cada tipo de imóvel residencial, unifamiliar e multifamiliar, comercial e institucional, fixadas pelo órgão municipal competente, junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: -

- I - Altura: 16 cm; comprimento: 27 cm; e profundidade: 36 cm, confeccionada em chapa galvanizada com pintura eletrostática.
- II - Orifício para introdução dos objetos: 25 cm x 2 cm.

§ 2º - As disposições contidas no "caput" deste artigo não se aplicam às unidades habitacionais populares cuja metragem não exceda a 40m² e sejam ocupadas por famílias de baixa renda por critérios e serem definidos na regulamentação desta lei.

Artigo 17º - Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da regulamentação desta lei, para instalação de caixas de correspondência nos imóveis nela mencionados.

§ 1º - As caixas receptoras de correspondências deverão ser instaladas de forma a assegurar o mais livre e imediato alcance pela externa do imóvel voltada para o logradouro ou a servidão que lhe dá acesso.

§ 2º - Somente será concedido o alvará para construção de novos imóveis se no projeto constar a localização da caixa coletora de correspondência.

Artigo 18º - Fica o Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com pessoas físicas ou jurídicas, visando a implantação e a execução do serviço de que trata este capítulo.

Handwritten signature



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



**DA ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DE IMÓVEIS PERANTE A EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELEGRAFOS**

Artigo 19º - Obriga-se o Executivo a manter atualizado o cadastro de imóveis perante a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos:

- I - A formação de novos bairros, conjuntos habitacionais, prédios residenciais e comerciais, com os respectivos números de unidade comerciais que compõem cada prédio;
- II - O nome das ruas e o número da lei que as denominou;
- III - A supressão permanente de trânsito de veículos em vias públicas destinadas somente a pedestre;
- IV - A exigência aos proprietários, de fixação de placa indicativa da numeração de identificação do imóvel;
- V - Quando a extensão da avenida, rua, beco, servidão ou escadaria ultrapassa os limites de um bairro, o último número do limite de bairro e o primeiro de bairro subsequente.

Artigo 20º - Obriga-se o Executivo a definir precisamente a circulação de cada bairro com placas indicativas iniciais e terminais colocados em locais estratégicos e de fácil visualização.

DAS NOTIFICAÇÕES E MULTAS

Artigo 21º - A Prefeitura notificará os proprietários dos imóveis encontrados sem placa de numeração oficial, com a placa em mau estado de conservação ou contendo numeração em desacordo com a oficialmente distribuída, ficando os mesmos obrigados a substituí-las dentro do prazo de 60 dias.

Artigo 22º - Pelo não cumprimento da notificação, ficará o proprietário sujeito a uma multa de 1% sobre o Valor de Referência Fiscal do Município (VRFM).

Artigo 23º - Aos infratores da presente lei serão aplicadas as penalidades previstas no Código de Obras e no Código de Posturas do Município.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24º - Sempre que houver mudança de nome de logradouros público, oficialmente reconhecido, ou de numeração de imóvel de acordo com as normas estabelecidas neste regulamento, o órgão competente da Prefeitura municipal comunicará ao Registro Geral de Imóveis.

Artigo 25º - O órgão competente da Prefeitura Municipal procederá à revisão de numeração dos logradouros cujos imóveis não estejam numerados de acordo com o disposto nesta lei e daqueles que futuramente, por qualquer motivo, representem defeitos na numeração.

Artigo 26º - Concluída a revisão, órgão competente da Prefeitura Municipal, procederá à notificação dos respectivos proprietários, tanto de prédios quanto de edifícios com grupos de salas ou escritórios distintos.

8/11/2015



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA



Artigo 27º - O órgão competente da Prefeitura Municipal, quando proceder à revisão de numeração de um logradouro, organizará, em caderneta do tipo oficialmente aprovado, uma relação de todos os imóveis do mesmo logradouro com as seguintes indicações para cada imóvel

- I - Numeração existente e a ser substituída;
- II - Numeração a ser distribuída em consequência da revisão;
- III - Extensão da testa do imóvel;
- IV - Nome do logradouro;
- V - Outras indicações por acaso necessárias.

Parágrafo Único - Da caderneta referida neste artigo fará parte integrante um esboço do logradouro representando as testas de todos os imóveis, devidamente cotadas, e contendo, para cada imóvel, as indicações dos I e II do mesmo artigo.

Artigo 28º - Depois de aprovação a caderneta e esboço da revisão pelo responsável do órgão competente da Prefeitura Municipal, serão realizados a substituição de placas de numeração dos imóveis após a publicação no Átrio da Sede da Prefeitura Municipal de Anadia da relação de todos os imóveis com indicação da numeração antiga e nova.

Parágrafo Único - Após 30 dias da data de publicação referida neste artigo, o órgão competente da Prefeitura remeterá, quando for o caso às unidades administrativas interessadas pela revisão da numeração, um boletim do modelo oficialmente aprovado, contendo a relação de todos os imóveis com a indicação da numeração antiga e a revista.


Artigo 29º - O órgão competente da Prefeitura Municipal organizará o registro das cadernetas de revisão da numeração e respectivos esboços, com todas as indicações necessárias de modo a permitir, a qualquer tempo verificar se a qualquer número da antiga numeração correspondente ao novo número atribuído ao imóvel.

Artigo 30º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do município de Anadia, Alagoas, aos 17 de junho de 2010


Sônia Tereza Palmeira Barros
PREFEITA

Publicada, Registrada, Aprovada e Arquivada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, aos 17 do mês de junho do ano de 2010.


Adenilson Antonio de Jesus
Secretário Municipal de Administração e Planejamento